

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL
ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NACIONAL**

Data e Local: Dia 21 de abril de 2016, no Novotel, em Campo Grande – MS -----

Presentes: Presidente – Luiz Fernando Vendramini (Vendramini), Vice-Presidente - Jonathan Hugh Govier (Jonathan), Conselheiros Jose Inácio de Oliveira (Inácio), Sérgio Marangoni Alves (Marangoni), Antonio Luiz Malafaia (Malafaia), Antonino Pio de Carvalho Sobrinho (Pio), Antonio João Leitão Nunes (Nunes), Paulo Henrique Maciel Barbosa (Paulo Henrique), Rafael Matias de Oliveira (Rafael Matias), Jose Pracilio da Silva Filho (Pracilio), Sandra Valda Nogueira dos Santos (Sandra) e Winder Oliveira Garcia (Winder). Também presentes os suplentes Francisco Neves Siqueira (Francisco), Cleudson de Oliveira e Silva (Cleudson). **Representantes de Áreas Geográficas:** Sul – William Bonalume (William), Sudeste – Jabs Amilton Dutra da Costa (Jabs), Norte – Miguel Ney Carvalho de Oliveira (Miguel) e Centro-Oeste – Carlos Delmar Lima Lyrio (Delmar). Representantes da Rede Nacional de Jovens Líderes: Leandro Lunelli (Leandro) e Mariana Massaro (Mariana). **Diretoria Executiva Nacional - DEN:** Diretor Presidente – Marco Aurélio Romeu Fernandes (Marco Romeu), 1º Vice-Presidente Oscar Victor Palmquist Arias (Oscar), 2º Vice-Presidente Rafael Rocha de Macedo (Rafael Macedo). Outros participantes: **Profissionais do Escritório Nacional:** o Secretário Geral David Marcial Ortholan (David), os Gerentes Nacionais: Celso Ferreira Filho (Celso), Luiz César Simas Horn (Luiz César) e Otto Marques (Otto), e o Advogado Daniel Dammski Hackbart (Daniel). **Convidados:** Alessandro Garcia (Alessandro), Ivan Alves do Nascimento (Ivan) e Ilka Maria Rosseto Gallego (Ilka). -

1 – Abertura da Reunião - Às 8h45 do dia 21 de abril de 2016 o presidente Vendramini abriu a reunião com saudação à Bandeira, e o Winder efetuou a oração de abertura. -----

2 – Justificativa de ausência – Vendramini informou ter recebido justificativa de ausência dos Conselheiros Ricardo Kontz, Renato Bini, Leonardo Vilar Costa e Wendell de Barros Dantas. -----

3 – Apreciação da pauta – Relato da pauta eletrônica para incluir na ata como decisões do CAN. Pauta aprovada.

- Aprovação da alteração da regra 039 - III do POR estabelecendo a obrigatoriedade do Curso de Proteção Infante Juvenil para Pioneiros;
- Aprovação de alterações no § 1º do artigo 11, no § 3º do artigo 12, no § 2º do artigo 15 e no Inciso "I" do artigo 24 da Resolução CAN nº 003/2014;
- Aprovação de alterações no artigo 7º da Resolução CAN nº 004/2015 que trata do registro de isentos;
- Aprovação do Orçamento da UEB para 2016;
- Aprovação da Ata da 82ª Reunião do CAN realizada em Curitiba nos dias 28 e 29/11/2015;
- Concessão da Comenda Tapir de Prata;
- Aprovação da Ata da 83ª Reunião do CAN realizada nos dias 27 e 28/02/2016;
- Exclusão do item "Nomeação de Comissão Estatuinte" do Edital de Convocação da 23ª Reunião Ordinária da Assembleia Nacional;
- Deliberação de processo disciplinar.

Posta em apreciação, a pauta da 84ª reunião do CAN foi aprovada por unanimidade com a inclusão dos seguintes temas em assuntos:

- Suspensão da Resolução da DEN 01/2016;
- Aprovação dos Diplomas de Mérito Nacional para os voluntários na tragédia de Mariana.

Paulo Henrique solicita atualização das Resoluções referentes às concessões de condecorações. -----

4 – Transparência da Reunião do CAN – Foi sugerido pela UEB-SP (Carta de Paulínia) que as reuniões fossem transmitidas via internet. Com isso, foi enviado ao Escritório Nacional - EN quatro alternativas para se analisar a viabilidade: transmissão de voz e imagem ao vivo, transmissão apenas de voz ao vivo, gravação de voz e imagem para disponibilização para download e gravação de voz para disponibilização para download. Os investimentos seriam na ordem de, respectivamente: R\$ 6.800,00, R\$ 2.500,00, R\$1.500,00, e nenhum. Paulo Henrique menciona que há assuntos estratégicos, que não devem ser tornados públicos, e por isso considera que o CAN, neste momento, não está maduro o suficiente para tomar uma decisão de gravação ou de transmissão, principalmente sem uma orientação do GT de Políticas Institucionais. Francisco ressalta que os associados que estejam presentes têm liberdade de ouvir, inclusive, os assuntos estratégicos, então não haveria motivo para não transmitir a reunião integralmente. Considera que apenas gravar para disponibilização posterior para download teria pouca efetividade, já que pouquíssimas pessoas iriam buscar o arquivo. Vendramini lembra que, além do GT de Políticas Institucionais, há também o GT de Transparência. Marangoni dá explicações técnicas sobre as dificuldades de uma transmissão on-line, inclusive relativo a custos de internet. David explicou que a cotação feita foi apenas de equipamento, não considerando gasto com pessoal e nem com internet, que elevariam bastante aqueles valores. Rafael Macedo ressalta a importância da transparência, mas aponta que ela deve ser realizada com responsabilidade. Comentou-se na elaboração de um código de ética/conduita e opção/classificação pelos assuntos a serem divulgados. Vendramini sugere que a discussão seja aprofundada pelo GT de Transparência para estudo detalhado e posterior deliberação. --

5 – Relatos da DEN: David informa que o Relatório Anual já foi entregue aos conselheiros e explica que foi feita uma reorganização dos assuntos do Relatório. Informa que nove regiões escoteiras ainda não encaminharam as informações patrimoniais para serem consolidadas no balanço da UEB e solicita ajuda dos conselheiros para a conclusão desta tarefa. Oscar faz a apresentação do acompanhamento do orçamento, ressaltando o crescimento de 15% de registros no primeiro trimestre de 2016. Informou também que as lojas do Paraná e do Distrito Federal agora são parte da estrutura nacional e, portanto, são incluídas no orçamento. Ressaltou o resultado positivo atingido. Vendramini questiona se o crescimento não seria um reflexo de adiantamentos de registros e Oscar explica que não, que se trata de um crescimento real. Ivan também ressalta que o aumento no número de registros ajuda a explicar que de fato se trata de um aumento real. Nunes pergunta se há algum estudo relacionado à evasão, ao que David relata números de renovações e novos registros, havendo uma média de 4 anos de retenção de associados. Prossegue afirmando que estão sendo criadas ferramentas no SIGUE 2.0 para acompanhamentos como esse. Cleudson questiona se o momento de alteração para o vestuário não está influenciando nessa melhoria, haja vista que os associados estão tendo que comprar as novas peças para se adequarem à norma. Oscar explica que a análise é comparativa ao ano anterior, e que por isso o crescimento é real e supera o orçado. David também comenta como o portfolio da loja quase dobrou, tendo deixado de ser uma mera loja escoteira para se tornar um verdadeiro setor comercial. Marco Romeu passa a apresentar o relatório de gestão, destacando as conquistas realizadas desde 2012. David apresenta alguns gráficos mais relevantes sobre os pontos destacados. Paulo Henrique questiona sobre o posicionamento da UEB no CONJUNVE e no CONANDA. David explica que nós perdemos a titularidade no CONANDA, mas que ainda temos uma cadeira no CONJUNVE, tendo um parceiro como suplente, que é a Associação Cristã de Moços (ACM). Às 10h30min foi concedido intervalo para o café, com retorno

às 10h50min, quando o David voltou a apresentar o Relatório de Gestão. Sobre o Planejamento Estratégico, David destaca que 71% dele foi executado e que encaminhará relatório detalhado ao CAN. Paulo Henrique informa que o GT de Avaliação do Planejamento 2011-2015 também encaminhará posteriormente seu relatório ao CAN. Ivan parabeniza a DEN, por terem seguido o Planejamento Estratégico, algo que nem sempre foi feito. Posiciona-se como tendo sido um crítico da gestão que está se encerrando, mas que sempre teve o intuito de auxiliar, e presta homenagem por terem ordenado suas ações pelo plano que foi traçado pelo CAN. O CAN, por sua vez, registra voto de louvor à DEN, agradece e parabeniza com uma salva de palmas escoteira o trabalho realizado nos últimos quatro anos. Encerrados os relatórios, passou-se aos informes da DEN. David apresentou vídeos e um distintivo do Ramo Lobinho feitos em comemoração do centenário do ramo. Luiz César apresentou a Gincana Cultural, que será realizada entre 23 de abril e 25 de agosto de 2016. Rafael Cardeal, gerente de mobilização de recursos do Escritório Nacional, foi convidado para fazer um agradecimento aos doadores do projeto Gincana Cultural. Oscar relatou os últimos andamentos da Campanha Ucrânia, realizada dentro do Programa de Solidariedade Escoteira, informando que ela se encerrará em agosto. David relatou o lançamento do novo site da UEB que tem tido avaliações positivas. Rafael Cardeal também foi convidado para informar sobre a Ordem da Flor de Lis e o site que foi lançado para ela, com possibilidade de adesão pela internet e pagamento via cartão de crédito. Oscar passou a apresentar a Avaliação Anual da Diretoria Executiva Nacional, que foi feita pela primeira vez. Francisco parabeniza a DEN pela avaliação realizada e relembra a importância da autoavaliação, que considera ser relevante ser realizada inclusive pelo CAN. Oscar também relata a avaliação feita dos profissionais do Escritório Nacional, mais completa do que a feita da DEN. Em continuação dos informes, David menciona a Aventura Nacional Sênior e pede que haja uma mobilização para a adesão de mais membros da equipe de serviço, que está deficitária. Winder foi convidado, na qualidade de Diretor Presidente da Região Escoteira de Goiás, para apresentar os andamentos da organização do Congresso Nacional 2017 a ser realizado em Goiânia. Ressaltou que é a proposta mais barata dos últimos 5 anos. Finalmente, Marco Romeu apresentou a importância de uma manifestação para a Assembleia acerca dos próximos Congressos Nacionais Escoteiros. Apontou que o número de participantes dos Congressos tem diminuído. Sugere que sejam feitos alguns encaminhamentos, como a definição de que a decisão acerca do local seja uma competência da DEN, a ampliação do GT de Eventos Nacionais, a realização de uma ampla consulta nacional acerca do modelo de evento desejado incluindo um debate entre DEN, CAN e Conselho Consultivo, que se apresentem os resultados dos trabalhos até novembro de 2016 para, logo após, ser lançado o edital de concorrência para sediar o Congresso Nacional Escoteiro de 2018. Alessandro afirma acreditar que é necessário ter uma resposta do GT de Eventos Nacionais para verificar os resultados, mas que o envolvimento do Conselho Consultivo na decisão do local é importante. Paulo Henrique explica que os trabalhos do GT estão ocorrendo dentro do cronograma estipulado, mas considera que a inserção integral do Conselho Consultivo traria muito tumulto aos trabalhos. Sugere que sejam eleitos representantes do Conselho Consultivo para fazerem parte do GT. Que, conforme o cronograma, os trabalhos do GT devem ser concluídos em agosto de 2016. Nunes menciona que a definição do local sempre foi feita pela assembleia, que antes de decidir por retirar dela essa decisão, deve ser ouvido o Conselho Consultivo que, por sua vez, deverá consultar a sua base. O encaminhamento fica no sentido de discussão do assunto pelo GT de Eventos Nacionais. -----

Às 13h foi dado intervalo para o almoço, com retorno aos trabalhos às 14h20min. -----

6 – Apresentação de novo representante da Rede de Jovens no CAN – Foi apresentada ao Conselho a nova representante, Mariana de Marchi que substituirá o Leandro Lunelli que agradeceu e se despediu de todos. -----

7 - Reestruturação do GT de Planejamento – Vendramini sugere que os GTs de Planejamento Estratégico e de Avaliação do Planejamento 2011-2015 se fundam em um único GT, a fim de criar mecanismos de avaliação e acompanhamento dos indicadores de desempenho dos Planos de Ação e Operacional que serão gerados a partir do Plano Estratégico 2016-2021, bem como apoiar a DEN e o EN na elaboração dos Planos de Ação e Operacional e desenvolver documentos para auxiliar as Regiões na elaboração de seus planos de ação regionais. Paulo Henrique afirma que a extinção de um GT implica na não necessidade de apresentação de relatório desse GT, que ainda está incompleto. Por isso, é contrário à extinção do GT de avaliação, para que não se percam os trabalhos já realizados. Vendramini explica que o assunto já foi discutido em fevereiro, quando foi pedido prazo até esta reunião para apresentar o relatório que, por sua vez, ainda não foi efetivado. Francisco sugere que se transforme o GT de Avaliação em um GT permanente, de modo que não seja extinto o atual, mas sim que se agreguem funções a ele, admitindo inclusive a mudança de nome do grupo. Jabs relata que seu entendimento era de que o GT deveria criar um mecanismo de avaliação do planejamento estratégico, mas que a avaliação em si é uma ação pontual. Vendramini coloca a proposta de manter o GT de Avaliação do Planejamento Estratégico até agosto de 2016, o que é aprovado por unanimidade. Colocada também a proposta de criação de um novo GT para os trabalhos propostos, foi aprovada por unanimidade. Farão parte deste novo GT os conselheiros Jonathan, Inácio, Marangoni, Paulo Henrique e Ricardo Kontz. Fica nomeado como GT de Monitoramento e Avaliação do Planejamento Estratégico. Vendramini também faz um agradecimento formal aos coordenadores do documento final do Planejamento Estratégico, o que externa por meio de Elogio entregue aos envolvidos. -----

8 – Discussão sobre Gestão de Riscos – Agradecendo a presença dos membros do Conselho Consultivo que foram convidados para participarem deste debate bem como dos demais associados presentes, Vendramini contextualiza o assunto que faz parte dos objetivos estratégicos da UEB, ressaltando a importância do fundo de emergência criado em 2015, a necessidade de sua regulamentação e a preocupação com um possível crescimento de associados isentos. Abrindo a palavra, foram registradas as seguintes colaborações: -----

- Fundo de Emergência – Todos concordam que deve existir um fundo de emergência. David afirma que 2 milhões de reais (meta para 2021) é muito pouco, diante dos riscos da instituição; -----
- Limites de Registro de Isentos – O Francisco e o Sérgio afirmam que impor uma limitação é inviável, já que não haverá nenhum tipo de controle. Pracílio levanta o problema de haver diversos registros de isentos de pessoas que não são carentes e que poderiam pagar a sua inscrição. Malafaiia reflete que há uma dificuldade, por exemplo, nos projetos de Escotismo nas Escolas, nos quais os Estados não aceitam o pagamento de registro dos jovens. Jabs aponta a importância de se identificar um ponto de equilíbrio, para saber até que ponto os atuais pagantes podem suportar e qual é o mínimo de pagantes necessários para suportar a estrutura. Afirma que as discussões do CAN estão na contramão, que é importante saber quantos carentes a instituição pode suportar e ir atrás de aumentar esse número, para garantir que possamos levar escotismo para todos. Cleudson sugere a criação de um registro diferenciado, para aqueles que são carentes e querem contribuir financeiramente, na medida da sua possibilidade. Miguel afirma que nos estados do Amazonas e do Pará é comum haver grupos escoteiros integralmente carentes, porque a renda média é muito baixa. Paulo Henrique propõe que, ao invés de fazer uma tarifa diferenciada, que se façam parcerias, para que os parceiros suportem esses valores e Sérgio questiona se deve haver uma preocupação institucional com a assistência social. -----

- Ações de Vandalismos em Sedes de Grupos Escoteiros – Francisco questiona se há a possibilidade de haver um seguro, oferecido pelo nível nacional, para os grupos escoteiros. David informa que a seguradora atualmente contratada pelo EN não manifestou interesse nesta modalidade e Rafael Macedo afirma que já está sendo cotado com outras seguradoras a possibilidade/viabilidade de se oferecer esse seguro.

Os trabalhos foram suspensos às 16h10min, com retorno às 20h30min.

9 – Loja Escoteira Nacional: Com o retorno dos trabalhos, o Jonathan convidou o Otto para apresentar o relatório da área comercial da UEB. Esse, por sua vez, apresentou os resultados alcançados pela Loja Escoteira Nacional. Informou que, em cumprimento do que foi ajustado na última reunião do CAN, o nível nacional assumiu a administração da Loja Escoteira do Paraná e da Loja Escoteira do Distrito Federal, e já está em negociação para assumir também as Lojas Escoteiras do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Também se tratou dos assuntos:

- **Intercâmbio:** Otto e Oscar realizaram uma viagem de “benchmark” à Europa (Reino Unido, Holanda, Portugal e França) com o objetivo de realização de intercâmbio comercial. Foi feito o relato da viagem e as oportunidades que dela decorreram, como a possível venda de botas para a Associação Inglesa, a distribuição oficial de material da Organização Mundial do Movimento Escoteiro na América do Sul, a participação na licitação do uniforme, que está ocorrendo em Portugal e para a qual a UEB está qualificada. Resumiu a apresentação com os seguintes pontos: todas as associações visitadas estão direcionando esforços para a área comercial, investindo no mercado não escoteiro, focando no mercado editorial, apresentando tendência para a separação da área comercial da estrutura institucional, mediante a criação de uma empresa.
- **Evolução do Projeto do Vestuário Escoteiro:** Realizada pesquisa com os associados, 708 formulários foram validados para fins da pesquisa. Desses, 89% usam o vestuário, mas há o interesse em saber a opinião também dos que não o usam. Paulo Henrique questionou se a administração das lojas regionais reduziria o problema do estoque da loja, já que ele seria distribuído nos pontos de venda. No entanto, o Otto explicou que justamente por ter mais pontos de venda, precisará de mais espaço para estoque, já que é necessário ter um ponto de distribuição para esses pontos. Paulo Henrique também questionou sobre a forma das negociações com as regiões, especialmente no que se refere a repasses decorrentes das vendas. Foi respondido pelo Márcio Albuquerque que é feita uma negociação caso a caso, mas que sempre se percebe um equívoco por parte das regiões quanto à lucratividade que elas acreditam ter, que normalmente é menor do que os diretores regionais imaginavam. Com essa parceria, a lucratividade da Região acaba sendo maior do que quando elas eram responsáveis pela loja. Paulo Henrique questionou se há uma previsão de redução dos valores, e Otto informou que já está com as novas peças em estoque, mas que é necessário que o CAN aprove algumas alterações. Vendramini lembrou que na 82ª reunião do CAN foram colocadas propostas referentes ao vestuário que ficaram com deliberação pendentes. Marco Romeu também lembrou que ficou pendente a necessidade de adequação do vestuário, e apresenta uma proposta de Resolução de alteração do POR, para permitir o uso do emblema dissociado da expressão “Escoteiros do Brasil”. Colocado em regime de votação, a Resolução foi aprovada por unanimidade. As 3 questões que haviam ficado pendentes da 82ª reunião do CAN são: retirar o vestuário do POR e regrá-lo por

fichas técnicas, a flexibilização da parte inferior do vestuário e o uniforme dos escoteiros do mar as quais permaneceram pendentes de apreciação e deliberação. -----

10 – Intervenções em Regiões Escoteiras:

- **Amapá:** Miguel afirma que os problemas na Região Escoteira do Amapá ainda não foram resolvidos, e que provavelmente os mesmos problemas não vão se resolver. Vendramini explica que o que gerou a intervenção foi a ausência da diretoria regional. Pediu, então, ao Miguel, que seja um incentivador da diretoria regional do Amapá. Foi solicitado ao Daniel que relatasse como foi a Assembleia Regional do Amapá, o qual explicou que apesar de alguns entraves iniciais, a assembleia transcorreu com tranquilidade, tendo sido eleita uma nova diretoria regional. Colocado em votação, foi aprovado o término da intervenção. -----
- **Pernambuco:** Rafael Matias relatou que esteve na assembleia regional, e que os próprios membros da Região solicitaram que a intervenção continuasse por mais algum tempo, já que os ânimos ainda estavam muito acirrados. Com isso, sugere que se prorrogue a intervenção por mais um ano. Francisco fez o alerta de que a intervenção deve ser feita nos termos corretos da Resolução que trata do assunto. Pracílio une a voz à do Rafael Matias, pela prorrogação da intervenção. Rafael Macedo relembra que essa mesma solução foi apresentada pela DEN na 82ª reunião do CAN. Complementa afirmando que o problema provavelmente não vai se encerrar nem daqui a um ano, afirma que à mera menção de terminar a intervenção já reiniciaram as brigas pela direção regional, e sugere que se divida a Região em duas regiões, seguidas as regras. Aprovada por unanimidade a prorrogação da intervenção na UEB-PE, tendo a DEN por interventor. -----
- **Amazonas:** Vendramini menciona que recebeu um pedido de intervenção, encaminhado por um associado, o qual foi excluído da UEB por decisão da diretoria regional mediante processo disciplinar. Vendramini interpreta a denúncia como questões pessoais, entre o associado em questão e um ex-dirigente regional, e sugere que a denúncia seja arquivada uma vez que uma nova diretoria regional foi eleita. Cleudson Informa que ficou surpreso com o encaminhamento, uma vez que os conselheiros não recebem previamente tal menção, e nem poderiam analisar do que se tratava tal pedido, e que considerou muito frágil nossos sistemas de encaminhamento, uma vez, que nossas reuniões são bem curtas, e que para deliberar sobre um assunto tão relevante para vida de uma região não poderia ser assim tratado, pois que credibilidade teria uma denúncia se não submetida previamente ao Conselho, faz uma contextualização da situação e sugere que se analise a denúncia. E que a denúncia seja respondida item por item, para que o denunciante não consiga assim ter argumentos na justiça comum para conseguir êxito por ter sido cerceado de resposta, e que considera descabido o pedido, pois pelo que foi brevemente relatado, sugere ser tal assunto é de cunho pessoal, entre a Diretoria anterior e o denunciante excluído do ME, salienta que há uma nova Diretoria Eleita, que a denuncia além de ser encaminhada a Nova Diretoria, deverá ser respondida, ao denunciante qual foi a decisão deste Conselho, pois um dos ex-diretores, citado na denuncia, hoje é membro titular da comissão de ética e disciplina regional. Sérgio afirma que, se há um pedido de intervenção, o assunto deve ser encaminhado pelo

CAN, inclusive solicitando informações da Região. Questionado o diretor presidente da UEB-AM que estava presente na sala, relatou que de fato o associado em questão apresenta diversos problemas de conduta, inclusive com os jovens de seu grupo. Daniel explica que o pedido de intervenção se baseia em atos praticados pelo mencionado ex-dirigente regional, que já não ocupa mais cargo nenhum na direção regional. Pracílio sugere que se responda ao denunciante que não é cabível a intervenção, mas que a denúncia será encaminhada à direção regional para análise. Alessandro explica que o CAN não pode determinar à Região que encaminhe a denúncia à Comissão de Ética e Disciplina Regional, já que será seu juízo fazer ou não tal encaminhamento. A proposta do Pracílio foi aprovada por unanimidade. -----

- **São Paulo:** Através de correspondência encaminhada ao CAN por um associado, é solicitada a intervenção na Região, em virtude de diversos atos em tese praticados pela diretoria regional, inclusive com vistas a alterar o resultado das eleições. Jabs relata que existem processos em análise pela Diretoria Regional e também pela Comissão de Ética e Disciplina Regional. Alessandro sugere que o pedido de intervenção seja sobrestado até que o processo disciplinar seja encerrado, já que a solução desse terá reflexos naquele. Fica, portanto, com fulcro no art. 1º da Resolução 13/2001, o processo sobrestado até decisão em processo disciplinar já instaurado e em trâmite junto à Comissão de Ética e Disciplina Nacional. -----
- **Paraná:** Foi oportunizado à DEN e ao Presidente da UEB-PR que se manifestassem acerca da discussão, a fim de contextualizar a todos sobre os acontecimentos. Marco Romeu explicou os motivos que levaram a DEN a tomar a decisão de emitir a Resolução 1/2016, explicando inclusive que buscou-se agir de forma isonômica, tomando atitude similar à que foi tomada perante outras regiões, como o que houve com a Região Escoteira do Maranhão em 2015. Afirma que acredita ter agido de forma correta, inclusive buscando as soluções para que não houvesse problemas administrativos para a Região Escoteira do Paraná. Irineu explicou os motivos porque a Assembleia Regional do Paraná tomou a decisão de permitir aos grupos escoteiros sem certificado de funcionamento de participarem da reunião com direito a voto. Ressalta que isso não causou nenhum mal à UEB, não tendo gerado prejuízo a ninguém. Prossegue afirmando que a penalidade imposta foi muito dura, ante a pequena, ainda que reconhecida, irregularidade cometida. Pracílio traz à discussão a Resolução 13/2001, explicando a DEN não respeitou tal resolução ao decretar a nulidade da Assembleia Regional pois entende ser um ato de intervenção e que a competência para intervir em uma Região é do CAN, e não da DEN. Nunes comentou que o assunto foi tratado na reunião do Conselho Consultivo, e que lá também foi comentado que a DEN teria credenciado grupos escoteiros na Assembleia Regional de Pernambuco, e que nada lá foi feito quanto a isso. Defende que, para que não haja dois pesos e duas medidas, seja cancelada a Resolução da DEN. Vendramini questiona se o entendimento do CAN é de que a DEN não tem competência para declarar a nulidade de uma Assembleia Regional. Paulo Henrique afirma que considera que a anulação de uma Assembleia Regional é, sim, um ato de intervenção, e que, portanto, é de competência exclusiva do CAN. Que de fato houve uma irregularidade praticada pela UEB-PR, mas que não houve má-fé. Pio repete que, de fato, percebe-se que não houve má-fé por parte da UEB-PR. Ressalta a importância de conciliar, especialmente quando há o interesse entre as partes. Também coloca os problemas que poderiam haver se a região tivesse ficado 30 dias sem uma diretoria regional. Afirma que deve ser dado crédito para a UEB-PR para que cuide dos seus próprios

problemas. Malafaia menciona que havia um membro do CAN na assembleia, e que esse conselheiro concordou com o equívoco, sugerindo que se encaminhasse a situação com a permissão de voto dos grupos irregulares, mesmo diante de outros associados que questionaram a decisão. Pede que o conselheiro seja advertido pelo CAN, e que a UEB-PR receba uma carta do CAN advertindo-a pela irregularidade praticada. Alessandro pede a palavra para solicitar harmonia na UEB ou não se conseguirá crescer. Afirma que tem convicção de que a DEN não tem poder de anular uma assembleia regional, por considerar que se trata de ato de intervenção, regulado pela Resolução 13/2001. Levanta a necessidade de um tutorial mais específico para as assembleias regionais e de grupo. Informa que não se pode falar em advertência a região, dado que a advertência é ato disciplinar, decorrente de procedimento administrativo disciplinar. Pede que os esforços sejam voltados a harmonizar as relações, para que seja possível atingir os objetivos traçados pelo CAN no Planejamento Estratégico. Francisco afirma que o fato de o CAN ter admitido, quando do acordo firmado por ocasião da questão envolvendo a Região Escoteira do Maranhão, não faz lei para esta situação, haja vista que, justamente por ter sido um acordo, as partes acordantes sempre têm que ceder em certos pontos. Mas que entende que a anulação de uma assembleia é, sim, um ato de intervenção, já que a Assembleia Regional é o órgão máximo do nível regional. Que considera que as decisões devem buscar sempre ser o menos danosas possíveis. Miguel reconhece que a assembleia do Paraná foi corajosa ao colocar em ata a sua decisão por permitir a participação dos grupos escoteiros irregulares, elogia a honestidade com que o assunto foi tratado, mas pede que a Região Escoteira do Paraná tenha mais atenção às regras. Inácio pergunta se a decisão foi decorrente de denúncia, ou se foi de ofício pela DEN. Considera que a penalidade foi exacerbada, e que se tivesse sido levada a cabo, sem o recurso ao CAN, teria trazido muitos prejuízos à região. Cleudson reflete que a penalização à UEB-PR já ocorreu, pelos transtornos por que passou. Mas afirma que as normas devem ser cumpridas. Elogia a DEN por ter mantido sua atuação de acordo com suas opiniões até o fim, quando poderia ter tratado de forma menos cuidadosa, já que estão no fim da gestão. Afirma que mesmo em uma situação como esta, a decisão é tomada com base em blocos políticos, e não apenas buscando resolver o problema. Winder concorda que talvez a decisão tenha sido exagerada, mas considera que esta situação é similar à da UEB-MA. Não considera que o ato de anulação de assembleia seja ato de intervenção, e reconhece que a DEN agiu seguindo uma certa lógica, dentro de um entendimento já externado pelo órgão. Parabeniza a DEN por ter mantido a orientação já assumida anteriormente, inclusive demonstrando isonomia e imparcialidade perante regiões escoteiras, independentemente do seu tamanho. Conclui afirmando que considera a DEN competente para ato de anulação de assembleia, mas que como não houve prejuízo decorrente da participação na assembleia de grupos escoteiros irregulares, a decisão da DEN deve ser reformada. Rafael Macedo afirmou que a DEN não tem a escolha de cumprir ou descumprir uma ou outra norma. Considera que a DEN tem competência para anular assembleia, haja vista sua obrigação de fiscalizar o escotismo em todo o Brasil, ressaltando, ainda, que as regiões são o equivalente a filiais do nível nacional. Afirma que não coaduna com a possibilidade de flexibilização de uma norma segundo ter ou não sido quebrada de má-fé. Afirma que não vê como uma forma de harmonização institucional a flexibilização das normas. Rafael Matias afirma concordar com o Alessandro que preferiria discutir assuntos educacionais, mas que as obrigações dos conselheiros abrangem outros assuntos não tão

prazerosos. Afirma que a mesma pessoa que induziu a Assembleia do Paraná a agir em contrariedade à Resolução, já havia demonstrado não cumprir as normas da UEB se apresentando com calças jeans e a camisa do vestuário, em descumprimento de outra Resolução do CAN. Concorde que não deve haver a anulação da assembleia, mas pede que se reflita sobre a aceitação sucessiva de descumprimentos, sem que haja consequências. Pracílio sugere que seja feita uma recomendação à UEB-PR para que atente às regras da instituição. Vendramini se declara incomodado com a recorrente “flexibilização” de normas por parte do CAN nestes últimos meses. Francisco esclarece que, em primeiro lugar, é necessário decidir se o CAN considera uma intervenção a declaração de nulidade de uma assembleia regional, e depois disso, decidir se acata ou não, no mérito, o recurso da UEB-PR. Jabs afirmou que considera inadequado simplesmente deixar de lado a irregularidade praticada. Considera que a decisão da DEN foi adequada, independente de ter ou não competência. Mas os associados do Paraná devem sofrer uma consequência pela decisão tomada conscientemente de desrespeitar uma regra nacional. Paulo Henrique considera que, de fato, é necessário que se realize nova assembleia regional. Pracílio apresenta nova proposta, de nulidade da resolução da DEN e de reconhecimento da validade da Assembleia Regional do Paraná, notificando-se a Região acerca da irregularidade praticada. O Vendramini coloca em votação se o CAN é favorável ao cancelamento da Resolução da DEN. Por 8 votos favoráveis, 4 contrários e uma abstenção, é cancelada a Resolução da DEN. Colocada também em votação a anulação da Assembleia Regional da UEB-PR, foi decidido por 8 votos a favor, 3 contrários e duas abstenções pela não anulação. Deverá ser encaminhada à Região Escoteira do Paraná uma notificação, chamando a atenção pela irregularidade praticada, para que o erro não se repita. Sérgio declarou que se absteve porque estava diretamente envolvido na situação, presente na Assembleia, tendo informado à diretoria regional do se absteria. -----

10 – Processo Disciplinar: Foi encaminhado recurso em processo disciplinar decidido pela DEN, que excluiu associado da UEB. O recurso é tempestivo. O Francisco sugere que, como o CAN não vai decidir o mérito do recurso, que seja dado efeito suspensivo ao recurso apresentado, dando espaço para a decisão do CAN na próxima reunião presencial. Sérgio questiona se é possível aos conselheiros pedir vista do processo. Sérgio sugere que seja indicado um Relator, para dar um caminho central para o processo. Sandra sugere que o acesso ao processo seja liberado a todos, mas que 3 conselheiros sejam nomeados para dar um parecer a ser encaminhado e votado pelo conselho. Francisco afirma que o assunto não está sendo discutido hoje porque, apesar de ele ter pedido cópia do processo há uma semana, isso não foi concedido aos conselheiros. Ficam nomeados os conselheiros Paulo Henrique, Francisco, Winder e Inácio para analisarem o processo, devendo apresentar relatório até o dia 1º de Agosto de 2016. Os conselheiros todos pediram vistas do processo, para melhor analisar o processo. ---

11 – Comissão Estatuinte: Vendramini sugere que em função das necessidades já identificadas na instituição e outras levantadas no processo de Planejamento Estratégico que seja instaurada uma Comissão Estatuinte formada pelos membros do Conselho Consultivo que assim o desejarem, que também estejam presentes todos os membros do CAN que tenham interesse além da participação de um membro da DEN, um membro do núcleo do GT do Planejamento Estratégico 2016 – 2021 e eventuais convidados por sua expertise, e que a coordenação da Comissão fique por conta da Presidência do CAN. Sérgio sugere que exista um seminário específico para a discussão da estatuinte, e não que se faça um seminário rápido durante um Congresso Nacional. Também pede

que os membros da Comissão, entre membros do CAN e do Conselho Consultivo, aprovelem outras pessoas que tenham interesse em dela participar. Fica aprovada por unanimidade a criação da Comissão Estatuinte conforme proposto por Vendramini. -----

12 – Encerramento – Não havendo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 2h35min do dia 22 de abril de 2016, com saudação às Bandeiras conduzido pelo Presidente do CAN, oração proferida pelo Cleudson, sendo lavrada a presente Ata. -----

Luiz Fernando Vendramini
Presidente do Conselho de Administração Nacional